ATA DA 8ª. SESSÃO ORDINÁRIA, DO 2º. PERÍODO LEGISLATIVO, DA 17ª. LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2018. PRESIDENTE: ELISÂNGELA MAZINI MAZIERO BREGANOLI, SECRETÁRIO: ELIAS DE SISTO. A hora regimental, feita a chamada verificou-se a presença dos Vereadores: **Agimar Alves, Aloysio Taliberti Filho, Aparecido Donizeti Teixeira, Brasilino Antonio de Moraes, Carlos Henrique Lopes Faustino, Daniel Girotto, Eduardo Ribeiro Barison, Edimilson Manoel, Elisângela Mazini Maziero Breganoli, Elias de Sisto, Francisco Carlos Cândido, José Roberto Pereira, Josimar Alves Vieira, Luiz Braz Mariano e Valdirene Donizeti da Silva Miranda.** Havendo número legal, **a Presidente** sob a proteção de Deus, declara abertos os trabalhos da presente sessão ordinária. **A Presidente** solicita aos Vereadores e demais presentes que se coloquem de pé, para entoar o Hino Oficial do Município, haja vista ser a última sessão ordinária do mês. Em seguida foi lida e aprovada sem debate a ata resumida da 7ª (sétima) sessão ordinária da 17ª (décima sétima) legislatura, realizada no dia 19/03/2018. **A Presidente** solicita aos senhores vereadores e demais presentes que fiquem de pé para a leitura de um versículo bíblico: "Salmos - Capítulo 62 - Versículo 2: Ó Deus, vós sois o meu Deus, com ardor vos procuro. Minha alma está sedenta de vós, e minha carne por vós anela como a terra árida e sequiosa, sem água". **A senhora Presidente** comunica aos senhores vereadores interessados em fazer uso da palavra no Expediente que deverão se inscrever com a 2ª Secretária, vereadora Valdirene Donizeti da Silva Miranda. **NO EXPEDIENTE FORAM LIDOS: REQUERIMENTO** assinado por vários vereadores que requer urgência especial para as seguintes matérias: **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 002/2018**, de autoria do vereador Agimar Alves - Concede Título de Cidadã Mocoquense a Sra. Eliete Amoriello Carvalho de Siqueira. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2018**, de autoria da vereadora Valdirene Donizete da Silva Miranda - Concede Título de Cidadã Mocoquense a Sra. Sandra Rodrigues dos Santos Pereira. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 004/2018,** de autoria do vereador Aparecido Donizeti Teixeira - Concede Título de Cidadã Mocoquense a Sra. Sônia Aparecida de Pauli Pereira. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 005/2018**, de autoria do vereador Brasilino Antônio de Moraes - Concede Título de Cidadã Mocoquense a Sra. Flávia Vidal de Carvalho Martins. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 006/2018,** de autoria do vereador Carlos Henrique Lopes Faustino - Concede Título de Cidadã Mocoquense a Sra. Maria Inês Mendes Almeida. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 007/2018**, de autoria do vereador Daniel Girotto - Concede Título de Cidadão Mocoquense ao Sr. Sebastião Garcia de Oliveira. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 008/2018,** de autoria do vereador Edimilson Manoel - Concede Título de Cidadão Mocoquense ao Sr. Carlos Eduardo Marchesi Trombini. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 009/2018**, de autoria do vereador Eduardo Ribeiro Barison - Concede Título de Cidadã Mocoquense a Sra. Maria Pia Soares Maziero. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 010/2018,** de autoria do vereador Elias de Sisto - Concede Título de Cidadão Mocoquense ao Sr. Ercio Aparecido Escanavaque. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 011/2018,** de autoria Elisângela M. Maziero Breganoli - Concede Título de Cidadã Mocoquense a Sra. Rosa Ribeiro Barison. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 012/2018,** de autoria do vereador Francisco Carlos Cândido - Concede Título de Cidadão Mocoquense ao Sr. Humberto Costa do Amaral. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 013/2018**, de autoria do vereador José Roberto Pereira - Concede Título de Cidadão Mocoquense ao Sr. Sebastião Fernando Barreto. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 014/2018,** de autoria do vereador Josimar Alves Vieira - Concede Título de Cidadão Mocoquense ao Sr. Gilso Alves Vieira. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 015/2018,** de autoria do vereador Luiz Braz Mariano - Concede Título de Cidadão Mocoquense ao Sr. Eliézer Pedretti da Silva. **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 011/2017,** de autoria do Vereador Eduardo Barison, que altera o artigo 288 do Regimento

Interno da Câmara Municipal de Mococa. **Feita a votação nominal, o requerimento de urgência especial foi aprovado** por 15 (quinze) votos favoráveis. **A senhora Presidente nomeia relator especial** para exarar parecer nos catorze projetos o vereador Luiz Braz Mariano. **Em Questão de Ordem o vereador Luiz Braz Mariano** diz: Senhora presidente, nobres colegas, público presente. Gostaria da atenção dos senhores vereadores neste momento. Senhora presidente, novamente de acordo com o artigo 306 do Regimento Interno desta Casa, que diz que "A Questão de Ordem é toda manifestação do vereador em Plenário feita a qualquer fase da sessão para reclamar contra o não cumprimento de formalidade regimental ou para suscitar dúvidas quanto à interpretação do Regimento". Senhora presidente, em algumas sessões passadas nós fizemos verbalmente, está em Ata, tirei cópia hoje nesta Casa, nós fizemos uma solicitação a nobre colega excelentíssima presidente desta Casa. Novamente agora nós estamos fazendo esta solicitação, porque fomos orientados que fizéssemos por escrito. Então eu vou ler, e isto vai ser direcionado à senhora e entregue para que a senhora possa receber dentro desta sessão. Solicitamos, senhora presidente, duas questões de ordem no dia de hoje. Solicitamos através da presente que nos momentos em que a excelentíssima senhora presidente desta Casa, que muito tem o nosso respeito, por qualquer impedimento que seja, que necessitar deixar de presidir a sessão, que seja convocado o vice-presidente, se ele assim estiver em Plenário, conforme os artigos 32, 34, 39 do nosso Regimento, e não mais os Secretários, pois entendemos que isto é um descumprimento do Regimento Interno desta Casa e um desrespeito com o nobre vereador, pois em toda história do Legislativo mocoquense assim foi feito. Não é possível que o Regimento e os responsáveis pelo Departamento Jurídico desta Casa durante todos esses anos estiveram errados. Está assinado pelos oito vereadores. Senhora presidente, também em questão de ordem, neste Requerimento nós queremos deixar claro, como deixamos naquela sessão, que aguardaríamos o tempo. O não atendimento do nosso pedido com relação a isto, os vereadores certamente tomarão uma posição mais séria a partir de hoje. Em questão de ordem também, senhora presidente, solicitamos através da presente, e quero dizer, senhora presidente que embora depois muitas pessoas vem diretamente a mim falar porque eu assumo a responsabilidade a pedido deles. Estou aqui representando esta Bancada, os oito vereadores. Então se depois alguém quiser dirigir a palavra que, por favor, se quiserem dirigir só a mim tudo bem, mas eu quero dizer que está assinado e é o desejo dos oito vereadores desta Bancada. Solicitamos através da presente o empenho para colocar em votação o Projeto de Lei nº 045/2017 que está na Comissão de Constituição, Justiça e Redação desta Casa Legislativa, tendo em vista que o referido projeto foi protocolizado nessa Casa no dia 22/11/2017, e já com os prazos vencidos. No dia 10/01/2018 foi solicitado informações ao Poder Executivo, que respondeu conforme o protocolo no dia 19/01/2018. Por entender que faltava informações, foi novamente solicitado informações ao Poder Executivo no dia 23/02, e conforme o artigo 101, parágrafo segundo do Regimento Interno diz: A Interrupção do processo cessará ao cabo de trinta dias corridos, contados da data em que for expedido ofício, se o Executivo, dentro deste prazo, não tiver prestado as informações. Portanto, prazo vencido. Lembro ainda, senhora presidente, eu vou dizer no final, porque o que vou dizer não está aqui. Portanto, prazo vencido. Solicitamos que seja colocado o projeto para votação em Plenário, baseado no artigo 100 do Regimento Interno desta Casa, que diz: "Decorridos os prazos de todas as Comissões a que tenham sido enviados, poderão os processos ser incluídos na Ordem do Dia, com ou sem parecer, pelo Presidente da Câmara, de ofício ou de requerimento de qualquer vereador, independentemente do pronunciamento do Plenário". Portanto, senhora presidente, nós estamos solicitando que o Projeto de Lei nº 045/2017 seja colocado na Ordem do Dia para ser apreciado por este Plenário, respeitando assim o Regimento Interno desta Casa. Agora à tarde, senhora presidente, quando vim aqui apreciar novamente o projeto descobri que existe outro pedido para o Poder Executivo registrado, isto não está aqui no nosso Ofício, no dia 23 de março. Mas muito nos indaga, senhora presidente, e muito nos questiona é o seguinte, o relator do projeto no dia 06 de dezembro, depois gostaria que ter em mãos o projeto

045/2017, por favor. No dia 06 de dezembro foi assinado pelo relator do projeto um parecer desfavorável, que já tem assinatura desfavorável a este parecer de um dos membros da Comissão. Então, senhora presidente, nós estamos entendendo que se desde 06 de dezembro tem um parecer do relator que é desfavorável, então o projeto já pode ser colocado em Plenário, visto que o relator assinou desfavorável. Quem tem que decidir agora é o Plenário. Lembrando também que no parecer o relator disse que era preciso prestigiar a Guarda Municipal e o CONSEG, e não havia necessidade de criar o departamento. Nós já temos aqui e foi protocolado nesta Casa, se não me engano na sexta-feira, um parecer do CONSEG, ou uma solicitação do CONSEG: referido projeto, como se pode observar, trata com especialidade, organização e estruturação das questões da segurança pública no âmbito do município de Mococa, o que possibilitará que as políticas de segurança pública tenham departamento próprio. Isto foi analisado e teve aprovação dos presentes. Então o que foi justificado no parecer desfavorável, está aqui, um parecer do CONSEG, que está de acordo com o projeto. O CONSEG é o órgão que se responsabiliza e trabalha com a Polícia Militar, com a Polícia Civil e com a população. Ele é um Conselho de Segurança do Município. Então, senhora presidente, nós estamos solicitando, mesmo que tenha sido feito agora este ofício e o prefeito não tenha respondido o segundo no prazo de trinta dias. O Regimento ele diz que terminado o prazo de trinta dias, vence, para a interrupção. Então o projeto precisa ser colocado em votação. Se justificarmos que foi feito um pedido no dia 23, nós também podemos justificar que existe um parecer do relator que está fazendo um ofício ao prefeito já contrário ao projeto. Se o relator já é contrário ao projeto, qualquer informação que vier do Poder Executivo não vai mudar, porque ele já assinou e não pode ser mudado o seu parecer. Então, senhora presidente, eu quero entregar em vossas mãos o pedido desta Bancada com relação ao vice-presidente e com relação ao Projeto de Lei nº 045/2017. Que fique registrado nesta Casa que o vereador, representando a Bancada, entregou os dois ofícios em Questão de Ordem, solicitando que o Regimento desta Casa (peço a Ana, por favor, que entregue à presidente), que o Regimento desta Casa seja respeitado e o projeto seja colocado no Plenário. Que também o nobre colega assuma a vice-presidência nos impedimentos que a senhora não puder. Digo, senhora presidente, eu estou falando em nome da Bancada. Respeito a senhora, com toda certeza, e nós estamos vendo o Regimento e entendendo que nós temos razão. Nada até agora nos provou que nós não temos razão. Então quero solicitar, senhora presidente, que o projeto seja colocado na Ordem do Dia. **A Presidente diz:** Senhor vereador, eu quero apenas esclarecer que o projeto ele está cumprindo o seu trâmite legal. O que tem aqui que o senhor diz que é o parecer pronto da Comissão é um relatório, que ainda não é o parecer definitivo. Mas o mais importante é que está faltando a informação essencial a este projeto para que ele possa entrar em discussão. Na verdade não há interesse, eu acredito, de nenhum vereador aqui e nem dos participantes da Comissão em atrasar ou tornar dificultosa a votação deste projeto. Muito pelo contrário. O que há é uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal que exige que o projeto tenha impacto orçamentário, e ele não tem. Já foi pedido para o Poder Executivo encaminhar e ele não encaminhou este impacto orçamentário. No dia 23 de fevereiro foi feito um ofício ao prefeito, que não foi respondido. Até perguntei desde projeto há algumas semana atrás e fui informada que estão aguardando o ofício. Sugiro que a Comissão reitere o pedido ao prefeito. Foi feito isto no dia 23 de março e eu vou até fazer a leitura aqui. Tem uma informação interessante aqui no projeto que foi encaminhada pelo próprio Poder Executivo. Está assinado aqui pelo Departamento de Recursos Humanos. Então olha a resposta do ofício à Comissão: “Anexamos as cópias das folhas analíticas dos últimos três meses dos empregos em comissão de livre nomeação e exoneração do prefeito. Esclarecemos que não temos acesso aos valores das verbas destinadas ao município oriundas do Governo Estadual e Federal, e também não temos informação sobre o percentual que está sendo gasto com a folha de pagamento, ou seja, se está sendo respeitado o limite prudencial de até 51% gasto com o quadro de pessoal. Somente o Diretor do Departamento de Finanças tem conhecimento das despesas e receitas dos cofres públicos municipais. Sendo assim, solicitamos que vossa senhoria verifique junto

ao Diretor de Finanças as respostas para os questionamentos constantes deste ofício". Eu acredito até que isto tenha sido um ofício não para a Câmara, mas um ofício interno. Porque ele veio parar aqui em nossas mãos eu não sei. O questionamento era para a gente ter uma resposta. Veio este ofício que não responde nada, ou melhor, diz que o departamento que foi questionado não tem as informações. Ou seja, se esse departamento não tem as informações necessárias eles tinham que ter encaminhado ao departamento competente. Pois bem, aí então foi feito novo ofício pedindo as informações e não veio resposta. Um mês depois foi reiterado o ofício, solicitando informações sobre os percentuais gastos com a folha de pagamento de acordo com a receita corrente líquida, bem como sobre o percentual que representa o custo da folha de pagamento de ocupantes em cargos em comissão. Também foi solicitado o envio da estimativa do impacto orçamentário/financeiro, bem como a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, com compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de acordo com o artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000. Então pela Lei de Responsabilidade Fiscal é imprescindível que haja o impacto orçamentário no caso deste projeto de lei. Então é impossível que a gente coloque o projeto em votação. Agora falo uma opinião aqui pessoal: está faltando empenho também do Poder Executivo que mandou o projeto incompleto, o qual ele é questionado, é pedido informação e ele não responde, como acontece em vários outros casos, como requerimentos. Então eu vou ler para os senhores o artigo 15 da Lei de Responsabilidade Fiscal: "**Art. 15 -** Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17. **Art. 16** - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes. **Art. 17** - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. **§ 1º** - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio". Então é lei e não temos esta informação. Estou lendo tudo isto para informa-los que a Comissão não colocou o projeto na pauta de votação porque falta documento imprescindível para a sua votação. **O Vereador Luiz Braz Mariano** diz: Senhora presidente, eu só queria concluir dizendo o seguinte. O que tem no projeto não é de fato apenas um relatório não, é conclusão do relator da Comissão de Constituição e Justiça, decisão da Comissão: "Assim, nobres colegas, o meu posicionamento é no sentido de rejeição ao projeto, uma vez que a segurança do município pode ser aperfeiçoada por meio diverso da criação de cargos e ampliação da estrutura administrativa". Quer dizer, o posicionamento é no sentido de rejeição. Está assinado pelo presidente e hoje também foi assinado por outro membro. **A Presidente** diz: Na verdade nem deveria ter sido assinado, porque nem que eu queira, nem que o Plenário quiser e disser: o Plenário é soberano, nós temos que votar, nós não podemos votar, vereador. **O Vereador Luiz Braz Mariano** diz: Senhora presidente, então quero apenas fazer um rápido relatório do que está acontecendo. O projeto entrou nesta Casa no dia 24/11. Foi recebido pelo relator no dia 24 ou 25 e foi dado até o dia 12/12 este parecer. O relator fez um relatório, rejeitou e segurou o projeto na Comissão. Depois deu o parecer. Tivemos sessão no dia 04 e no dia 11 de dezembro e nenhum posicionamento foi dado. O projeto ficou e recebeu ofício ao prefeito no dia 10 de janeiro. Olha o tempo, senhora presidente. Depois que o projeto foi respondido, porque o prefeito respondeu no dia 19 de janeiro, e sabendo que estava faltando ainda algo dentro do projeto, ao invés de imediatamente fazer o ofício para o prefeito, o segundo ofício foi feito no dia 23 de fevereiro, com 34 dias de distância. Então nós entendemos que se lá não respondeu, aqui está faltando também agilidade, porque esperar 34 dias para exigir ou para pedir novas informações, é no mínimo para esta Bancada um entendimento que existe, como já desfavorável no parecer, o desejo de que o projeto não seja votado. Então, senhora

presidente, nós estamos vendo que este projeto ele caminha a passos lentos, mas não é só por motivos de lá, é também pelo motivo aqui da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que leva 34 dias para fazer um segundo ofício quando o primeiro não foi respondido conforme de fato o vereador necessitava que fosse respondido. Por isto nós estamos solicitando, senhora presidente, que este projeto o mais rápido possível seja colocado neste Plenário para ser votado, porque a distância dos ofícios desta Casa também demonstram que há pouca vontade que seja aprovado este projeto com relação à criação do Departamento de Segurança Pública do nosso município. **A Presidente** diz: Deixa-me só esclarecer um fato. A partir da última sessão ordinária em que a Câmara entra de recesso não se conta mais prazo. Então apesar do ofício do vereador relator do projeto ter sido no período de recesso porque ele estava acompanhando o projeto, este prazo ele não conta. Mas mesmo que fosse, se a Comissão demorou 34 dias para reiterar o pedido, que eu acho que nem precisaria, porque ali existe assessoria, o próprio prefeito é formado em Direito, existe uma assessoria jurídica. Então é assim, sabe do que precisa, sabe da exigência legal e não cumpre. Faz mais de 60 dias que ele não manda resposta. Então eu não sei onde que está a morosidade. A morosidade não está aqui, porque eu não posso como presidente, mesmo que os senhores exijam, colocar um projeto sem o impacto orçamentário, como exige a Lei de Responsabilidade Fiscal. Isto é exigência legal, não pode, não tem como votar. Se for tão importante para o Poder Executivo e para a cidade, que a gente acredita que sim, que existe sim esta preocupação, não é o fato de estar colocando dificuldade para o projeto de maneira nenhuma, tenho certeza disto. Apesar de ser independente a posição pessoal de cada vereador, existe a legalidade. O senhor está colocando o projeto de criação de cargo acima da legalidade. Então não existe possibilidade nenhuma de colocar o projeto em votação sem as informações solicitadas. **O Vereador Luiz Braz Mariano** diz: Senhora presidente, o projeto toda vez que a sua Bancada, que a sua excelência fala sobre o projeto, vocês falam sobre os motivos desta Bancada contra o projeto, que é criação de cargo. O nome do projeto não é criação de cargo. O nome do projeto é criação do Departamento de Segurança Pública. **A Presidente** diz: Nós não vamos entrar neste debate porque não é esta a discussão, porque se formos falar sobre isto, aí nós vamos discutir sobre o projeto, e não é este o intuito. Eu não estou falando de nenhuma opinião pessoal sobre o projeto. Então espero que os senhores não coloquem palavras na minha boca. Com relação ao projeto é simples assim, manda as informações que são essenciais para votação do projeto que a gente o coloca em votação. **O Vereador Luiz Braz Mariano** diz: Eu gostaria que ficasse registrada as suas palavras em ata. **A Presidente** diz: Tudo o que a gente fala aqui é registrado em ata. O senhor falando desta forma dá até a impressão que cada um aqui não é responsável por aquilo que fala, mas não é bem assim. Eu sou muito responsável por aquilo que eu falo. Está registrado em ata, até as vírgulas que cada um fala aqui está registrado em ata. **O Vereador Luiz Braz Mariano** diz: Senhora presidente, não é a realidade, porque hoje eu sei que a ata está sendo feita de forma resumida. Então não é a realidade, por isto que estou pedindo. **A Presidente** diz: Vereador, eu vou só dizer uma coisa para o senhor. Tudo o que é feito aqui é gravado, é público. Tudo o que é feito aqui é registrado conforme o Regimento Interno desta Casa. Tenho certeza e convicção das nossas ações. O senhor pode ficar tranquilo. **O Vereador Eduardo Ribeiro Barison** diz: Em primeiro lugar eu quero aqui deixar algumas questões que o relatório não é o parecer final. O parecer precisa ser votado, ele não foi votado ainda, então não é um parecer. O relatório que foi feito pelo relator ele tem que ser votado para ser aceito ou não. Existe outra questão também que o Executivo não respondeu aos questionamentos solicitados, conforme a presidente falou. Também não podemos esquecer que do dia 15 de dezembro a 1º de fevereiro o prazo da Comissão é suspenso, porque é recesso. Todas as perguntas que são encaminhadas ao prefeito quando ele também não responde, o prazo também fica suspenso. Outra questão, eu lembro muito bem quando o senhor foi presidente desta Casa que até mesmo a justificativa ao Tribunal de Contas, o Projeto de Lei Complementar que foi protocolado na Câmara no dia 26 de agosto de 2016, e que falava da licitação da TRANSCOM. Então eu quero dizer que o Plano Municipal de

Educação na sua gestão como presidente ficou quase um ano e meio parado. Eu vou concluir porque é fácil tacar pedras nos outros e não olhar para o próprio umbigo. **O Vereador Luiz Braz Mariano** diz: Senhora presidente, se for para voltar ao passado, eu também vou falar do passado. Todas as vezes que eu voltei ao passado me julgaram e disseram que eu tinha que me ater dali para frente. Se naquele momento não teve vereador capaz de questionar o presidente, hoje tem. **A Presidente** diz: Por favor, aos dois, vamos nos ater ao assunto em pauta. **O Vereador Eduardo Ribeiro Barison** diz: O senhor é bom mesmo, parabéns. Então eu quero deixar bem claro, senhora presidente, que o relatório, apesar de ser um relatório, ele é pessoal, mas ele não foi votado. Assim que ele for votado, que chegar todos os documentos, não teremos problema nenhum, porque a gente sempre pautou em discutir aqui. Nunca gostamos de coisas de bastidores como era feito. Quero dizer que o Caju estava comigo e viu a quantidade de projetos que estavam engavetados antigamente na Casa. **MATÉRIAS QUE FICARAM PENDENTES DA SESSÃO PASSADA: REQUERIMENTOS: Requerimento nº 113/2018**, de autoria do vereador Aloysio Taliberti Filho, solicitando informações do CPFL/Mococa a respeito das constantes quedas de energia na zona rural de Mococa. **Requerimento Rejeitado** pela maioria. **Requerimento nº 114/2018**, de autoria do vereador Daniel Girotto, solicitando do senhor prefeito municipal serviços de pavimentação asfáltica na Rua São Bernardo, Distrito Industrial I. **Requerimento Rejeitado** pela maioria. **Requerimento nº 115/2018**, de autoria do vereador Josimar Alves Vieira, solicitando informações do senhor prefeito municipal acerca da possibilidade de determinar estudos que visem a construção de redutor de velocidade na Rua Hugo Magri. **Requerimento Aprovado** pela maioria. **Requerimento nº 116/2018**, de autoria da vereadora Valdirene Donizeti da Silva Miranda, solicitando informações do senhor Prefeito Municipal, quanto à possibilidade de determinar a execução de serviços que visem a construção de passarela ou a divisão por meio de alambrados, da pista de acesso à entrada do Distrito de Igaraí pelo bairro Guilherme Zanetti. **Requerimento Rejeitado** pela maioria. **Requerimento nº 117/2018**, de autoria de 06 (seis) vereadores: Aloysio Taliberti Filho, Daniel Girotto, Eduardo Ribeiro Barison, Elisângela Mazini Maziero Breganoli, José Roberto Pereira, e Valdirene Donizeti da Silva Miranda, solicitando informações do senhor prefeito municipal acerca do cumprimento da Lei Complementar nº 021, de 29 de setembro de 1999 e da Lei Complementar nº 076, de 03 de julho de 2001, que instituí jornada de trabalho aos servidores públicos municipais que ocupam cargos de motoristas do Departamento de Saúde, vigias e vigias escolares. **Requerimento Rejeitado** pela maioria. **A Presidente** diz: Eu vou pedir a suspensão da sessão e gostaria que os senhores vereadores se dirigissem à Sala das Comissões. **O Vereador Francisco Carlos Cândido** solicita que seja colocado em votação o pedido de suspensão da sessão. **A Presidente** retira o pedido de suspensão da sessão. **Requerimento nº 118/2018**, de autoria do vereador Daniel Girotto, solicitando ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, recursos financeiros no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) a serem destinados às obras de infraestrutura do Distrito Industrial III, no município de Mococa/SP. **Ocupa a presidência o 1º Secretário**, vereador Elias de Sisto. **Em discussão o requerimento, com a palavra a vereadora Elisângela Maziero** fala: Eu não sei se é cômico, eu não saberia definir a atitude de alguns vereadores. Nós acabamos de rejeitar um requerimento pedindo informações ao senhor prefeito a respeito de horas extras que não estavam sendo pagas a dezenas de funcionários públicos municipais. O próprio vereador do distrito de Igaraí rejeitou o requerimento pedindo benfeitorias para o próprio distrito. Este que estou discutindo nós ainda não votamos, mas eu não podia deixar passar, de falar o quanto ridículos os senhores estão sendo, os senhores me desculpem, não tenho palavras para definir a atitude dos senhores. O requerimento ele é um instrumento que o vereador tem de pedir informação, de fiscalizar, de pedir obras, de pedir recursos, de pedir informações ao senhor prefeito. É claro que os senhores são maioria, os senhores tem oito votos. Estão mostrando que têm força e poder de decisão dentro desta Casa, mas estão esquecendo o real motivo pelo qual os senhores estão aqui, e isto não fica feio para nós, não é para vocês, é para todo mundo. Eu

estou envergonhada com isto, porque se fosse só para vocês eu ainda dava um desconto. É feio para eles, pronto, acabou. Agora, é feio para todo mundo. Eu me envergonho. Eu tenho vergonha de estar aqui hoje, de ver os senhores votando..., se fosse um requerimento qualquer, que tivesse, sei lá, de cunho político, nem sei, acho que nem assim, porque qualquer tipo de requerimento é instrumento do vereador, ele tem direito de fazer a sua propositura, mas até aí você pode votar contra ou a favor. Agora, são requerimentos importantes, são requerimentos que impactam na vida das pessoas, são requerimentos do trabalho do próprio vereador e vocês estão desconsiderando tudo isto, e votando contra qualquer requerimento deste grupo. Tudo bem que a gente pode falar o que quiser aqui, porque entra por um ouvido e sai pelo outro. Mas eu quero que fique claro para a população, eu quero que esta lição que vocês estão dando hoje mostre para o povo de Mococa, mostre para as pessoas que estão assistindo, porque a gente já tem mais de duas mil visualizações na nossa sessão da Câmara, a capacidade dos senhores de sobrepor a questão política, a questão pessoal, àquilo que realmente os senhores vieram fazer aqui, que é cumprir com responsabilidade o mandato que lhes foi confiado. Não é assim que a gente faz o juramento aqui? Que vergonha, pelo amor de Deus, eu estou com vergonha alheia. Eu, sinceramente, para a minha vida a gente aprende muito a capacidade que as pessoas tem, mas politicamente, gente, pelo amor de Deus. Politicamente isto é uma derrota, e não somos nós que estamos perdendo o requerimento, são vocês prejudicando a população, pelo amor de Deus, que vergonha. Olha, depois desta de hoje, não sei como vocês vão ter coragem e andar pelas ruas. Pelo amor de Deus, como vocês vão ter coragem de conversar com os funcionários públicos, e falar que vocês votaram contra um requerimento que pede explicação, que cobra, que quer saber sobre os deveres e os direitos dos funcionários públicos? Como é que o senhor vai andar lá em Igaraí se o senhor está votando contra uma benfeitoria, um pedido de benfeitoria para o distrito de Igaraí? Como é que explica um negócio deste? Eu achei que já tinha visto de tudo aqui nesta Casa, mas política é bom por causa disto, quando a gente acha...,você nunca sabe, é sempre uma surpresa aquilo que pode vir, você pode esperar tudo das pessoas, com certeza. **Em discussão o requerimento, com a palavra o vereador Brasilino Antonio de Moraes** fala: Estes requerimentos reprovados a gente vai fazer eles depois tudo por ofício ou Indicação. Isto é para mostrar que precisamos de respeito desde quando pedimos que chamasse o vice-presidente desta Câmara para sentar nesta mesa aí. Enquanto isto não acontecer nós vamos votar contrários. **A Presidente** diz: Então vão votar o ano inteiro. **Em discussão o requerimento, com a palavra o vereador Aloysio Taliberti Filho** fala: Este problema de votar contra os meus requerimentos, aos requerimentos da Bancada, não estou preocupado porque a maioria dos meus requerimentos nunca foi atendido. Eu tenho certeza que vários de vocês também não foram atendidos. Mas é uma pena porque quem é mais atingida é a população. Eu vejo, por exemplo, o requerimento que eu acabei de fazer questionando a CPFL sobre a queda de energia na zona rural, que está constante em Mococa, e a Bancada votar contra, sendo que ali tem dois produtores rurais, o Brasilino e o Tuca. Votar contra uma coisa que a população rural está sofrendo? Então eu acho que isto aí é uma coisa absurda, isto vai contra a democracia, vai contra tudo que a gente vê dentro da política. Podem votar contra todos os meus requerimentos, não tem problema nenhum. **Em aparte o vereador Brasilino Antonio de Moraes** fala: Eu respeito muito o senhor, o senhor sabe disto. Na gestão passada o senhor lembra que o senhor muitas vezes dizia: vamos votar contra. Quando o Chico levantava, o senhor levantava e nós levantávamos também várias vezes. Votamos muitas vezes contra. O senhor fazia parte deste grupo, o senhor era nosso companheiro, nós ficamos quatro anos juntos, o senhor queria ser prefeito, ficamos quatro anos junto com o senhor. O senhor nos traiu no final. **Retomando a palavra o vereador Aloysio Taliberti Filho** fala: Não estou falando isto com o senhor. O que estou falando é do momento atual. Quando eu votei contra alguma coisa do Chico, eu era do lado dele, não tem problema nenhum. Votar contra é uma coisa, retaliar é outra. Retaliação é outra. Isto aí chama falta de democracia. Ninguém foi eleito para isto, para virar esta palhaçada aqui dentro da Câmara. Tem gente, por exemplo,

que cobra muita coisa de Regimento, e nós vamos votar aí os projetos de cidadania, e tem homenageados que não cumprem os requisitos para ser homenageados, e eu quero ver, vai ser aprovado. E gente que cobra da presidente atitude dela. Só que falar uma coisa do outro é fácil, agora da própria pessoa ninguém admite. Então é muito fácil isto. Desculpe fugir do assunto, mas não vou apresentar cidadão mocoquense justamente por isto, porque o título ficou banalizado, qualquer um tem título aqui em Mococa. Pode morar até em Nova Iorque, pisou aqui é capaz de dar o título e ser aprovado. É uma pena. Quanto aos meus requerimentos, fico triste pela população, porque nunca vi uma coisa tão absurda. Retaliação, que isto? Eu acho um absurdo vocês se submeterem a este autoritarismo que está tendo aí do líder da Bancada de vocês, que pega o microfone e é arrogante com Deus e todo mundo. Isto que é um absurdo, o resto não tem problema nenhum não. **Em discussão o requerimento, com a palavra o vereador Elias de Sisto** fala: Seria cômico se não fosse trágico, é um negócio deselegante no mínimo. Mas o requerimento em questão de autoria do vereador Daniel Girotto, solicitando ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, recursos financeiros no valor de dois milhões de reais a ser destinado às obras de infraestrutura do distrito industrial III. Pelo jeito não haverá aprovação do requerimento. Mas não sei se serve de consolo para você, Girotto, mas infelizmente ainda que tivesse aprovação dos quinze, é um sonho este pedido de dois milhões porque é comum as pessoas aí fora desempregadas lutando com a vida entrar no SERASA. Agora a Prefeitura também está no CADIN, não temos CND. Então ainda que aprovasse o requerimento por unanimidade, infelizmente o seu esforço não sairia do papel. Então é só para te consolar, se não vingar aqui, você faz um ofício, mas o que vai impedir é a falta de CND. Mas parabéns pela tua intenção. **Em discussão o requerimento, com a palavra o vereador Carlos Henrique Lopes Faustino** fala: Eu sinto o que vocês estão sentindo vendo negado o requerimento. Quando falam em respeito, que foi ridícula a posição, a retaliação, é o mesmo que vem acontecendo comigo há oito meses. Então às vezes quando é favorável a outra pessoa, eu me preocupo com o outro. Então é a mesma coisa. Então desde a questão, quando eu tomei minha decisão de fazer parte do grupo da situação isto vem acontecendo, decisão sua. É tradição desta Casa. Então as vezes as coisas são colocadas, são julgadas, são faladas, como se sempre nós é que estamos errados. Qualquer atitude que nós temos vai atingir a honra de vocês, vai acontecer isto, vai acontecer aquilo. Mas como você mesma disse, presidente, sobrepõe a questão política. Eu também acredito que no meu caso aconteceu a mesma coisa. Você disse também sobre vergonha alheia, ela é a mesma que sinto. Também digo pelo mesmo fato. Quero lembrar também aqui a todos os presentes, nobres colegas, pessoal que nos assiste, eu como membro desta Mesa e como vice-presidente desta Casa, após posicionamento que eu tive, eu estive aqui em duas reuniões com a Mesa. Uma sobre a Lei de Zoneamento, que tinha que ter aprovação, e naquele momento tinha sete votos de uma Bancada e oito da outra, e pediram o meu auxílio numa questão que tinha na Lei de Zoneamento. A outra foi para comunicar os funcionários comissionados que realmente estivemos na Promotoria e não tinha como reverter o caso deles, era para explicar para eles o fato ocorrido. Também participei de duas reuniões na Promotoria, acredito que esta Mesa se reúne várias vezes, de forma formal e informal. Tenho certeza que já vieram vários projetos aqui nesta Casa da Mesa que eu mesmo não tinha conhecimento, isto sendo membro desta Mesa. Também como membro da Mesa trago toda a minha indignação pelo que aconteceu há três semanas, porque falar é fácil, julgar é fácil. A indignação é que no dia 15 eu estive numa reunião com o prefeito, e aí não importa quem faz, mas a gente tem que ser justo. Nesta reunião falamos sobre loteamentos fechados, estive com você também naquele dia na lei de zoneamento aqui no ano passado. Para minha estranheza não entrou Indicação pelo fato de o tempo ter se excedido, entrou no dia 19. Na sessão sequente veio um projeto de lei de autoria dos seis vereadores igual ao que foi encaminhado aqui na Indicação que eu fiz ao prefeito. Estas coisas não se discutem, estas coisas não falam. Por que não colocam no Facebook? Já teve caso aqui de vereador que expos as nossas fotos no Facebook e veio um monte de gente falar mal, como se todo mundo aqui fosse bandido. O próximo fato é este, aí

vai todo mundo postar no Facebook. Estão lá os oito patetas, os bandidos, aí acontece igual o caso da Marielle, somos tratados como bandidos. Somos tratados como excluídos nesta Casa. Os direcionamentos aqui estão sendo de forma imparcial no meu entendimento. Agora dizer que a gente é ridículo e desrespeitoso, só quando é contra vocês. Então que cada um tenha o seu entendimento, eu respeito, mas também não concordo. Este foi um ato que particularmente não queria que chegasse neste caso, mas também tem muita coisa acontecendo aqui que está fazendo acontecer. Como vocês mesmo disseram sobre o Executivo: vamos à Promotoria. Eu estou pensando seriamente também de partir para a Promotoria sobre alguns casos. **A presidente** diz: Só gostaria de fazer um comentário. Vocês não estão votando requerimentos contra nós. Não somos nós que estamos sendo retalhados, é a população. Só isto. Vou pedir a todos que se atentem ao assunto do requerimento. **Em discussão o requerimento, com a palavra o vereador Eduardo Ribeiro Barison** fala: O que eu quero falar primeiramente é cumprimentar o Girotto, pelo empenho na luta desta emenda. Realmente o distrito industrial III, ali tem um problema muito sério que é a queda do terreno, nascente de água, mas acho que é uma área que tem espaço. Mas o que eu quero deixar bem claro também, senhora presidente, é que eu jamais vou votar contra nenhum requerimento de vocês. Podem votar contra aos meus, que eu não vou votar contra nenhum requerimento de vocês, porque o requerimento não é para vocês, é para o povo. Então jamais nestes quatro anos, seis anos estou completando nesta Casa e jamais votei contra qualquer requerimento de vereador, porque este é o trabalho do vereador. Eu entendo que muito maior que a questão de sentar numa cadeira ou não, está o interesse da população. Eu acho que os motivos que os levaram a isto todos nós sabemos, não cabe aqui ficar martirizando, mas quero deixar registrado que jamais vou votar contra qualquer requerimento de qualquer vereador nesta Casa. Também quero falar aos nobres vereadores, que hoje falei da lei do livre acesso. Nós podemos oficiar. Se votarem contra os requerimentos, nós emitimos um ofício e ele tem que responder no prazo legal também de acordo com a Lei do Livre Acesso. **Em discussão o requerimento, com a palavra o vereador Agimar Alves** fala: Eu quero deixar também bem claro que foi dito também o nome do distrito de Igaraí, e deixo mais uma vez bem claro, isso já está na mesa do prefeito. Na hora que for para inauguramos aquela abençoada praça, que desde a gestão da ex-prefeita Maria Edna está lá paralisada...**A Presidente** diz: Vereador, este não é o requerimento em questão. **Em discussão o requerimento, com a palavra o vereador Agimar Alves** fala: Então está indo. Ficou combinado que vai fazer essa divisória e também vai fazer a rotatória do bairro. Então isso já está na mesa do prefeito. Além de eu ser do partido do prefeito, que é PMDB, eu ainda sou situação. Se eu não conseguir, jamais a oposição vai conseguir. Aí vai andar e pegar carona. Então mais uma vez eu já falo que está registrado. Sabemos do que precisa o nosso distrito de ponta a ponta, então está na mesa do prefeito e na Engenharia. Ele me deu esta satisfação. **A Presidente** diz: Vereador, o senhor já falou. Agora conclui porque isto nem é matéria deste requerimento e nem do passado, daquele requerimento que passou e que o senhor não prestou atenção. **Em discussão o requerimento, com a palavra o vereador Agimar Alves** fala: Eu estou dando resposta para a senhora ver como é que eu ando com a mesma cara como sempre andei dentro do distrito. Eu não tenho o rabo preso com ninguém, tenho a cabeça erguida hoje e sempre. Então pode ficar tranquilo que o nosso distrito não vai ficar sem benfeitoria pelo motivo de o requerimento ter sido reprovado. Eu assumo o que eu falo. **Em discussão o requerimento, com a palavra o vereador Luiz Braz Mariano** fala: Só queria deixar claro aquilo que já foi colocado pelo vereador Eduardo Ribeiro Barison e alguns vereadores. O fato da não aprovação do requerimento não é em momento algum prejuízo como se está falando para a população, porque o requerimento não é a única forma que você tem de comunicar com deputados, de comunicar com o senhor prefeito. Existem ofícios, exigência de respostas. Então em momento algum a forma feita diferente impedirá o vereador de conquistar o seu objetivo seja a nível municipal ou a nível estadual. Existe até muitos momentos quando não se dá tempo quando você tem uma verba já com recurso encaminhado que não dá tempo de o requerimento passar na sessão. Então o

que é feito? É feito um ofício, e este ofício pode inclusive ser assinado por quantos vereadores quiserem, como é, por exemplo, feito no momento do recesso. Nós não temos sessão, mas você pode vir aqui na Casa, fazer o ofício que será enviado ao prefeito ou a qualquer outro órgão. **A Presidente** diz: Vereador, o senhor se atente a matéria do requerimento, por favor. **Em discussão o requerimento, com a palavra o vereador Luiz Braz Mariano** fala: Então de forma alguma a população será prejudicada, porque existe outra forma legal com tanta força quanto o requerimento. **Em discussão o requerimento, com a palavra o vereador Daniel Girotto** fala: Presidente, o que eu tenho para falar sobre este requerimento como os demais que eu fiz, é que este requerimento nós entramos em contato com o nosso Partido em Brasília, o PROS, junto com o presidente nacional Eurípedes Junior e o Senador do PROS em Brasília, e estamos fazendo conforme foi indicado por eles. A gente está programando a viagem, programando os nossos requerimentos para Brasília, para os Ministérios para trazer mais de dez milhões para Mococa. Através do partido, através de senadores, através de presidente do partido, deputado federal, está certinho. Agora se não conseguir aprovar e passar pelo Plenário, eu felizmente não carrego esta culpa comigo, porque já tinha falado com a Casa, a viagem ia acontecer recentemente, no começo do mês de maio, onde já estava tudo certo em Brasília para a gente falar com o partido e conseguir talvez aí tentar uns dez milhões pra Mococa, isso já com indicação de Fundo Perdido. Então se eu não conseguir, estou vendo que não vai passar mais nada aí, a cidade vai perder, não eu, porque estou fazendo o meu papel. Graças a Deus eu sigo o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município. Eu acho também que nós deveríamos, presidente, a Mesa também, fazer um projeto nesta Casa, seria importantíssimo para a população, porque o que a gente vai conseguir fazer se aqui não sai projeto? Entrar com um projeto de lei nesta Casa para a gente reduzir o número de vereadores. O mínimo é nove. Seria bonito para esta Casa. Pode ser que eu não ganhe também, não tem problema se ninguém votar em mim em 2020, não sei qual é o projeto de Deus, mas eu terei vergonha de andar na rua amanhã e saber que a gente está tentando. Acordo cedo, viajo, ando em todos os bairros e não vejo muitos aqui fazerem isto, não vejo alguns nem trabalhar, vou falar a verdade. Eu ando de ponta a ponta nesta cidade de Mococa. Atendo chamado o dia inteiro e faço requerimento o dia inteiro aqui. Quando não é cabível da Casa, eu faço ao Estado. Quando não é do Estado, envio a Brasília. Falei com o partido, estão pedindo apoio. Está na hora de reduzir o número de vereadores daqui. Eu acho que o mínimo é nove, isto seria ótimo. Quem sabe Mococa deslancha. **Em discussão o requerimento, com a palavra o vereador Carlos Henrique Lopes Faustino** fala: Questão de Ordem, eu tinha pedido a palavra. **A Presidente** diz: Não, já esgotamos o assunto, vereador. O senhor teve a sua vez de falar. Falou completamente fora do assunto. **Em discussão o requerimento, com a palavra o vereador Carlos Henrique Lopes Faustino** fala: Você começou falando fora do assunto. **A Presidente** diz: Sim, por isto que eu deixei continuar. Dado o adiantado da hora vou colocar o requerimento em votação. **Requerimento Aprovado** pela maioria. **Requerimento nº 119/2018**, de autoria da vereadora Valdirene Donizeti da Silva Miranda, solicitando informações do senhor Prefeito Municipal, quanto à possibilidade de determinar os serviços de recapeamento na Rua Mário Lauria, na altura do nº 365, com fotos anexas. **Requerimento Rejeitado** pela maioria. **Requerimento nº 120/2018**, de autoria de 06 (seis) vereadores: Aloysio Taliberti Filho, Daniel Girotto, Eduardo Ribeiro Barison, Elisângela Mazini Maziero Breganoli, José Roberto Pereira, e Valdirene Donizeti da Silva Miranda, solicitando informações do senhor prefeito municipal referente aos empenhos realizados entre os dias 12 a 16 de março de 2017, conforme relação. **Requerimento Rejeitado** pela maioria. **Requerimento nº 121/2018**, de autoria da vereadora Valdirene Donizeti da Silva Miranda, solicitando informações do senhor Prefeito Municipal, acerca da instalação de redutor de velocidade em ruas elencadas do Distrito de Igaraí. **Em discussão o requerimento, com a palavra a vereadora Valdirene Donizete da Silva Miranda** fala: Depois eu que sou acusada de fazer politicagem, que fui a Igaraí fazer política. Politicagem e política para mim é o que está acontecendo aqui, uma vergonha. E só lembrando, já que

estamos falando de Igaraí, o requerimento anterior foi referente a passarela, não foi referente a praça não, vereador. É um perigo o que está acontecendo entre o bairro Guilherme Zanetti ao centro do distrito. Então como já ameaçam aí ficar de pé e eu sei que não vai ser aprovado o requerimento, pouco me importa, porque não estão prejudicando a mim, estão prejudicando a população. Eu não preciso pegar carona na onda de ninguém, porque eu sou mais eu. Eu trabalho, eu tenho o meu valor. Não preciso pegar carona na onda de ninguém. **Requerimento Aprovado** pela maioria. **Requerimento Verbal nº 122/2018**, de autoria da vereadora Elisângela Maziero, solicitando informações do senhor Prefeito Municipal, com relação às respostas aos Requerimentos de números: 41, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 57, 58, 60, 62, 63, 64, 65 e 68, todos do corrente ano de 2018. **Requerimento Aprovado** pela maioria. **Requerimento Verbal nº 123/2018**, de autoria do vereador Eduardo Ribeiro Barison, solicitando providências do senhor prefeito municipal visando a finalização da obra de uma casa da prefeitura no bairro Nenê Pereira Lima, que vem sendo usada pela ONG São Francisco de Assis, com fotos anexas. **O autor discutiu o** requerimento, dizendo que o pessoal dessa ONG faz um trabalho sério na questão da saúde pública envolvendo os animais. **Requerimento Aprovado** pela maioria. **Requerimento Verbal nº 124/2018**, de autoria do vereador Daniel Girotto, solicitando providências do senhor prefeito municipal, por meio do Departamento competente, para que determine serviços de sinalização de trânsito horizontal no cruzamento da Rua Ceará com a Rua Sergipe, bairro Vila Santa Rosa. **Requerimento Rejeitado** pela maioria. **INDICAÇÕES: Indicação nº 60/2018**, de autoria do vereador Carlos Henrique Lopes Faustino, propondo ao senhor prefeito Municipal, a necessidade de ser instalado poste de iluminação 120º em praça localizada entre as ruas Aristeu Campos e Antônio Vioto, bairro Jd. Progresso. **Indicação nº 61/2018**, de autoria dos vereadores Daniel Girotto e Eduardo Ribeiro Barison, propondo ao senhor prefeito Municipal, a necessidade em caráter de urgência de manutenção asfáltica da Rua Vicente Soares, bairro Nenê Pereira Lima, com fotos anexas. **Indicação nº 63/2018**, firmada por todos os vereadores, propondo ao Exmo. Governador Estadual de São Paulo, para que por meio do órgão competente, determine estudos visando a adoção de medidas que possibilite a duplicação da Rodovia Mococa/Cajuru/Santa Cruz da esperança – SP 333/338. **Indicação nº 64/2018**, de autoria do vereador Carlos Henrique Lopes Faustino, propondo ao senhor prefeito Municipal, serviços de limpeza no campo de futebol do bairro COHAB II. **Indicação nº 65/2018**, de autoria do vereador José Roberto Pereira, propondo ao senhor prefeito Municipal, a necessidade dos serviços de limpeza e desobstrução de bueiros localizados na Rua Adriano Macedo Zeferino, bairro José Justi. **Despachos**: Encaminhe-se a quem de direito. **MOÇÕES: Foram lidas, discutidas e aprovadas as seguintes Moções: Moção nº 33/2018**, de autoria do vereador Aloysio Taliberti Filho, de profundo pesar pelo falecimento da senhora Abigail Abelardi Quilici. **Moção nº 34/2018**, firmada por todos os vereadores, de profundo pesar pelo falecimento da Vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Pedro Gomes. Discutiram a Moção os vereadores: Luiz Braz Mariano, Josimar Alves Vieira, Carlos Henrique Lopes Faustino e Aloysio Taliberti Filho. **OFÍCIOS RECEBIDOS DE TERCEIROS: OFÍCIO Nº. 128/2018**, da Presidente da Câmara Municipal de Mococa, em resposta ao **Requerimento nº. 760/2017**, de autoria do Vereador Luiz Braz Mariano. **OFÍCIO Nº. 129/2018**, da Presidente da Câmara Municipal de Mococa, em resposta a **Indicação nº. 24/2018**, de autoria do Vereador Carlos Henrique Lopes Faustino. **OFÍCIO Nº. 43/2018**, do Ministério Público informando a Câmara Municipal de Mococa sobre a instauração de Inquérito Civil nº. 14.0340.0000119/2018-8 para investigação de eventual improbidade administrativa praticada pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Wanderley Fernandes Martins Júnior, em razão da nomeação para o emprego em comissão de Chefe da Guarda Civil Municipal, de pessoa que não é membro efetivo do quadro de carreira daquele órgão. **COMUNICADOS**, do Ministério da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para a Prefeitura Municipal de Mococa para o Programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Despachos**: Ciente os senhores vereadores e arquive-se. **MATÉRIAS DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL:**

Projeto de Lei nº 011/2018, de autoria do Prefeito Wanderley Fernandes Martins Júnior – Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Bem Estar Animal – COMBEA e do Fundo Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal – FUMBEA, e dá outras providências. **Despacho:** Ciente os senhores vereadores e encaminhe-se à Comissão de Constituição, Justiça e Redação. **OFÍCIOS RECEBIDOS DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL: OFÍCIOS Nº. 229, 241, 243 e 246/2018**, em resposta aos **Requerimentos nº. 40/2018**, **546, 547 e 544/2017**, de autoria da Vereadora Elisângela Maziero e Outros. **OFÍCIO Nº. 223/2018**, em resposta ao **Requerimento nº. 37/2018**, de autoria do Vereador Eduardo Ribeiro Barison. **OFÍCIO Nº. 230/2018**, em resposta ao **Requerimento nº. 20/2018**, de autoria do Vereador Aloysio Taliberti Filho. **OFÍCIO Nº. 247/2018**, em resposta ao **Requerimento nº. 36/2018**, de autoria do Vereador Daniel Girotto. **OFÍCIO Nº. 249/2018**, em resposta ao **Requerimento nº. 15/2018**, de autoria da Vereadora Valdirene Donizeti da Silva Miranda. **OFÍCIOS Nº. 245 e 248/2018**, em resposta aos **Requerimentos nº. 732/2017 e 11/2018**, de autoria do Vereador Carlos Henrique Lopes Faustino. **Despachos:** Ciente os senhores vereadores e arquive-se. **MATÉRIAS DE AUTORIA DO PODER LEGISLATIVO DESTA SESSÃO: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 005/2018**, de autoria da Mesa da Câmara – Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores e do subsídio dos vereadores da Câmara Municipal de Mococa, nos termos do art. 37, inciso X da Constituição da República. **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 006/2018**, de autoria da Mesa da Câmara – Altera o Anexo III da Lei Complementar nº 486, de 09 de novembro de 2016. **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2018**, de autoria da Mesa da Câmara – Altera o Anexo IV da Lei Complementar nº 486, de 09 de novembro de 2016. **Despachos**: Ciente os senhores e encaminhe-se à Comissão de Constituição, Justiça e Redação. **REQUERIMENTOS QUE ENTRARAM NA PRESENTE SESSÃO: Requerimento nº 125/2018**, de autoria de 06 (seis) vereadores: Aloysio Taliberti Filho, Daniel Girotto, Eduardo Ribeiro Barison, Elisângela Mazini Maziero Breganoli, José Roberto Pereira, e Valdirene Donizeti da Silva Miranda, requerendo com base no artigo 221, inciso IX do Regimento Interno desta Casa de Leis a convocação do senhor Francisco José Coelho, Diretor do Pátio Municipal de Serviços, para prestar esclarecimentos a respeito das condições dos veículos da frota pertencentes ao município. **Discutiram o requerimento os vereadores**: Aloysio Taliberti Filho, Carlos Henrique Lopes Faustino, Elisângela Maziero, Eduardo Ribeiro Barison, Francisco Carlos Cândido, Luiz Braz Mariano, Brasilino Antonio de Moraes e Elias de Sisto. **O Vereador Francisco Carlos Cândido solicita seja convocado também o Diretor do Aterro Sanitário**, senhor Guilherme Gomes, para prestar esclarecimentos a respeito da coleta do lixo, num dia diferente da presença do senhor Francisco, **tendo a senhora presidente solicitado** à secretaria da Casa que atenda a solicitação do vereador. **O Requerimento foi Aprovado** pela maioria. **O Vereador Luiz Braz Mariano** diz, considerando que o tempo regimental do Expediente se esgotou, que como havia se inscrito para usar a palavra, que a sua inscrição sirva para o uso da palavra em Explicação Pessoal. **O vereador Eduardo Ribeiro Barison** solicita o prosseguimento da sessão sem o intervalo regimental, que colocado em votação foi aprovado pelos senhores vereadores. A **senhora Presidente** comunica aos senhores vereadores interessados em fazer uso da palavra em Explicação Pessoal que deverão se inscrever com a 2ª Secretária, vereadora Valdirene Donizeti da Silva Miranda. A **senhora Presidente** informa que todos os vereadores receberam um Ofício se responsabilizando seguir o Regimento Interno, conforme prevê os artigos relacionados à entrega de títulos de cidadania mocoquense. **O Vereador Francisco Carlos Cândido solicita votação em bloco** para votação dos projetos concedendo títulos de cidadania mocoquense, **tendo a senhora presidente informando** que consultou o Jurídico da Casa e a orientação que recebeu é que devem votar de forma individual e não em bloco. **ORDEM DO DIA: DISCUSSÃO ÚNICA: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 002/2018**, de autoria do vereador Agimar Alves - Concede Título de Cidadã Mocoquense a Sra. Eliete Amoriello Carvalho de Siqueira, com parecer favorável do relator especial,

vereador Luiz Braz Mariano. **Feita a votação nominal foi aprovado por 15 (quinze) votos** favoráveis em discussão única. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2018**, de autoria da vereadora Valdirene Donizete da Silva Miranda - Concede Título de Cidadã Mocoquense a Sra. Sandra Rodrigues dos Santos Pereira, com parecer favorável do relator especial, vereador Luiz Braz Mariano. **Feita a votação nominal foi aprovado por 15 (quinze) votos** favoráveis em discussão única. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 004/2018,** de autoria do vereador Aparecido Donizeti Teixeira - Concede Título de Cidadã Mocoquense a Sra. Sônia Aparecida de Pauli Pereira, com parecer favorável do relator especial, vereador Luiz Braz Mariano. **Feita a votação nominal foi aprovado por 15 (quinze) votos** favoráveis em discussão única. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 005/2018**, de autoria do vereador Brasilino Antônio de Moraes - Concede Título de Cidadã Mocoquense a Sra. Flávia Vidal de Carvalho Martins, com parecer favorável do relator especial, vereador Luiz Braz Mariano. **Feita a votação nominal foi aprovado por 15 (quinze) votos** favoráveis em discussão única. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 006/2018,** de autoria do vereador Carlos Henrique Lopes Faustino - Concede Título de Cidadã Mocoquense a Sra. Maria Inês Mendes Almeida, com parecer favorável do relator especial, vereador Luiz Braz Mariano. **Feita a votação nominal foi aprovado por 15 (quinze) votos** favoráveis em discussão única. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 007/2018**, de autoria do vereador Daniel Girotto - Concede Título de Cidadão Mocoquense ao Sr. Sebastião Garcia de Oliveira, com parecer favorável do relator especial, vereador Luiz Braz Mariano. **Feita a votação nominal foi aprovado por 15 (quinze) votos** favoráveis em discussão única. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 008/2018,** de autoria do vereador Edimilson Manoel - Concede Título de Cidadão Mocoquense ao Sr. Carlos Eduardo Marchesi Trombini, com parecer favorável do relator especial, vereador Luiz Braz Mariano. **O autor pediu a retirada do projeto**, dizendo que desconhecia a lei que diz que o homenageado precisa residir no Município há cinco anos ou mais. Diz que na próxima sessão irá apresentar outro homenageado. **O vereador Luiz Braz Mariano defende que o Plenário é soberano** e que o cidadão que o colega quer homenagear, embora não resida atualmente na cidade, viveu a vida inteira em Mococa. **A Presidente diz** que cada um é responsável pelo cumprimento ou não do Regimento. Diz ainda que está seguindo o Regimento, de acordo com a lei do vereador Luiz Braz Mariano. **Feita a votação do pedido de retirada do projeto foi aprovado** por 15 (quinze) votos favoráveis. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 009/2018**, de autoria do vereador Eduardo Ribeiro Barison - Concede Título de Cidadã Mocoquense a Sra. Maria Pia Soares Maziero, com parecer favorável do relator especial, vereador Luiz Braz Mariano. **Feita a votação nominal foi aprovado por 15 (quinze) votos** favoráveis em discussão única. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 010/2018,** de autoria do vereador Elias de Sisto - Concede Título de Cidadão Mocoquense ao Sr. Ercio Aparecido Escanavaque, com parecer favorável do relator especial, vereador Luiz Braz Mariano. **Feita a votação nominal foi aprovado por 15 (quinze) votos** favoráveis em discussão única. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 011/2018,** de autoria Elisângela M. Maziero Breganoli - Concede Título de Cidadã Mocoquense a Sra. Rosa Ribeiro Barison, com parecer favorável do relator especial, vereador Luiz Braz Mariano. **Feita a votação nominal foi aprovado por 15 (quinze) votos** favoráveis em discussão única. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 012/2018,** de autoria do vereador Francisco Carlos Cândido - Concede Título de Cidadão Mocoquense ao Sr. Humberto Costa do Amaral, com parecer favorável do relator especial, vereador Luiz Braz Mariano. **Feita a votação nominal foi aprovado por 15 (quinze) votos** favoráveis em discussão única. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 013/2018**, de autoria do vereador José Roberto Pereira - Concede Título de Cidadão Mocoquense ao Sr. Sebastião Fernando Barreto, com parecer favorável do relator especial, vereador Luiz Braz Mariano. **Feita a votação nominal foi aprovado por 15 (quinze) votos** favoráveis em discussão

única. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 014/2018,** de autoria do vereador Josimar Alves Vieira - Concede Título de Cidadão Mocoquense ao Sr. Gilso Alves Vieira, com parecer favorável do relator especial, vereador Luiz Braz Mariano. **Feita a votação nominal foi aprovado por 15 (quinze) votos** favoráveis em discussão única. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 015/2018,** de autoria do vereador Luiz Braz Mariano - Concede Título de Cidadão Mocoquense ao Sr. Eliézer Pedretti da Silva, com parecer favorável do relator especial, vereador Luiz Braz Mariano. **Em discussão o projeto o vereador Aloysio Taliberti Filho** fala: Vereador Luiz Braz, do mesmo modo que teve o homenageado do Edimilson, também existe uma dúvida aí quanto ao Eliezer sobre a moradia. Quanto tempo que ele mora em Mococa? Só isto que eu gostaria de saber. E a dúvida não é só minha, é de outros vereadores também. Eu acho que você deveria tomar a mesma atitude do Edimilson. Quero deixar claro que não tenho nada contra a pessoa e nem contra o senhor neste caso. É apenas o tempo de moradia dele em Mococa. Eu sei que ele trabalhou muito tempo aqui, e é isto que eu gostaria que explicasse. **Em discussão o projeto o vereador Luiz Braz Mariano** solicita seja lido o currículo do homenageado, anexo ao projeto, o que foi feito pelo 1º Secretário. **Em discussão o projeto o vereador Aloysio Taliberti Filho** fala: O currículo dele não deixa dúvidas, é inegável, mas não diz quantos anos ele reside em Mococa. **A Presidente diz** ao autor: O senhor sabe dar esta informação? **Em discussão o projeto o vereador Luiz Braz Mariano**: Senhora presidente, a primeira coisa que eu lhe perguntei foi justamente isto que nós estamos discutindo aqui. Todo o período em que ele trabalhou aqui, cerca de 25 anos, boa parte deste período, mais até do que é exigido, ele estava também residindo em Mococa. **A Presidente diz**: Ele mora aqui há cinco anos ou mais? **Em discussão o projeto o vereador Luiz Braz Mariano**: O que ele colocou quando eu lhe perguntei é que durante todo o período, inclusive no momento em que ele trabalhava, se não me engano, numa farmácia, ele residia em Mococa e prestava serviço em Mococa. Agora que ele veio definitivamente com a sua esposa, há um ano e meio, mas ele residia em Mococa nesse período. Nesse processo de 25 anos boa parte dele, até mais que 5 anos, ele residiu periodicamente em Mococa. Foi o que ele colocou e eu acredito que é razão suficiente para a gente aprovar o projeto. Agora o Plenário é soberano, se os vereadores quiserem votar contra, para mim não tem problema nenhum. Mas neste período de 25 anos, ele tem 5 anos residindo em Mococa. **Em discussão o projeto o vereador Aloysio Taliberti Filho** fala: Eu acho assim, baseado na discussão do nobre vereador a gente tem que acreditar. Eu não sou contrário não, vou votar favorável. **Feita a votação nominal foi aprovado por 15 (quinze) votos** favoráveis em discussão única. **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 011/2017,** de autoria do Vereador Eduardo Barison, que altera o artigo 288 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Mococa, com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. **O Vereador Eduardo Ribeiro Barison solicita** a leitura do parecer jurídico, que foi aprovado pela maioria dos membros da Comissão, **o que foi feito pela 2ª Secretária**. **Em discussão o projeto o vereador Eduardo Ribeiro Barison** fala: Senhora presidente, eu vou usar a Tribuna porque este projeto é exatamente este pedaço aqui da Casa, que seria a Tribuna Popular. O que vislumbra este projeto, em primeiro lugar foi..., nenhum projeto que a gente apresenta aqui ele tem origem, a gente sabe de onde ele vem. Este projeto vem através de pedidos de pessoas que usaram esta Tribuna pedindo que fosse de forma mais fácil o acesso para livre manifestação dos seus pensamentos, das suas formas de pensar, da sua forma de agir. Lembrando que todos que aqui usam esta Tribuna, senhora presidente, sempre são lembrados de que tudo o que aqui eles falam é de total responsabilidade suas. Esta emenda surgiu exatamente para facilitar, estimular a participação popular nesta Casa. Cabe lembrar que aqui estamos para representar a população. Então por que a população não pode ter a facilidade de se manifestar? Atualmente para a pessoa poder utilizar a Tribuna Popular ela precisa fazer um requerimento 15 dias antes para ter uma autorização. Só é permitido uma pessoa usar a Tribuna Popular e também o prazo de cinco minutos. O que nós estamos pautando neste projeto é que seis horas antes da sessão qualquer interessado pode fazer a solicitação à presidência da Mesa

Diretora; um prazo de dez minutos e que até três pessoas possam usar esta Tribuna. Nós estamos aqui é para trabalhar e ouvir tudo o que a população quer dizer realmente. Quero dizer também que nós vereadores, nada será prejudicado em nossos trabalhos, nada vai tirar nossa legitimidade, pelo contrário, presidente, nossos trabalhos serão ainda mais revigorados e nós seremos muito mais ainda representantes do interesse da população, abrindo a voz aqueles que aqui quiserem usar esta Tribuna. Quero deixar bem claro que nós como vereadores temos várias questões regimentais que nos permite trabalhar, como os requerimentos verbais que permite que podem ser feitos na hora, todas as questões de falar, e o que é mais importante, todos que aqui usam a Tribuna Popular eles podem ser interpelados por qualquer de nós vereadores para contestar ou não o que ele está falando. Então eu entendo, e o povo clama por este espaço nesta Casa para que possa se manifestar, para que possa expressar os seus pensamentos, para que se possa ter uma facilidade. Quero lembrar também, colegas, que até vi uma postagem no Facebook de vereadores antigos desta Casa, que nem precisava se inscrever antigamente para usar a Tribuna Popular. A pessoa chegava aqui e falava: eu quero falar hoje aqui na Câmara, e era de livre acesso eles quererem usar esta Tribuna. Então hoje nós temos uma lei, uma questão burocrática até, mas o que eu acho mais importante é que é de fundamental importância que a população venha e use esta Tribuna. Que a população venha e possa manifestar o que está acontecendo lá fora no seu dia a dia, o que está incomodando, o que está fazendo bem. É importante nós darmos espaço a essas vozes vindas diretamente do povo. Então por causa disso, senhora presidente, ouvindo pessoas que clamam por isto, apresento este projeto e peço o apoio de todos os vereadores para que votem favoráveis a este projeto que é de interesse popular. **Em discussão o projeto o vereador José Roberto Pereira** fala: Eu sou de acordo, sou favorável que este espaço seja utilizado realmente, mas que a população o utilize para vir apresentar um projeto para a gente, falar dos problemas que eles têm, porque muitos reclamam e a gente acaba fazendo Indicação, Requerimento, cada um está fazendo de um jeito. A oportunidade que eu tive na Câmara de São José do Rio Pardo o pessoal chega até a explanar um projeto que estão desenvolvendo, as vezes demora até mais o tempo para falar e acaba se aceitando. Agora a questão que o tempo que a gente pode ter, em virtude de tudo o que está acontecendo, senhora presidente, eu gostaria já de deixar de antemão que na eleição que a gente vai fazer no próximo ano, até a gente já tinha conversado, de abrir espaço, deixar a população falar, porque muitas vezes aqui vira uma batalha contra o outro e pouco está se falando dos requerimentos. Eu quero deixar registrado aqui, eu vou falar e vou apresentar esta proposta. A redução de 50% dos vereadores, assim como seus vencimentos. Também a redução do nosso recesso. Eu não concordo com a quantidade do tempo de recesso, desde o primeiro dia que cheguei aqui nesta Casa. Nós temos as festas natalinas, o mês de janeiro e depois o recesso no mês de julho. Eu acho que tirando o recesso de julho estaria de bom tamanho. E abrindo a palavra na Tribuna para a população eu acho que seria interessante, seria mais importante. O morador vir cada semana aqui, trazer o seu projeto, explanar, alguém que está trabalhando na cidade e que tem algum projeto bom, porque tem horas que a população clama, quer saber, pede requerimento e a gente não consegue apresentar, acaba ficando para a próxima semana. A gente pede a palavra e já estourou o tempo regimental. Então isto eu quero deixar registrado. Vocês deixam anotado para mim, que na hora que tiver as proposituras da nova Câmara, estas são as minhas propostas. Eu vou fazer esta apresentação. Quem está comigo desde o início sabe de tudo o que eu comentei, já falei em reunião com todos aqui. É lamentável, tem hora que a gente quer falar, mas perde até a vontade. Parabéns pelo projeto, Barison. **Em discussão o projeto o vereador Aloysio Taliberti Filho** fala: Eu acho que este projeto da Tribuna Popular ampliando ele para a população é uma coisa muito justa. Hoje nós temos problema no país inteiro. Problema de segurança, problema de saúde, problema de limpeza, de lixo, de educação, de moradia. Então isto aí vai ampliar os anseios da população para vir aqui na Câmara e expor seus pensamentos e os problemas da nossa cidade. Então eu acho que é um projeto válido e parabenizo o vereador Eduardo Barison pela iniciativa. **Em discussão o projeto o vereador**

Luiz Braz Mariano fala: Eu quero dizer que muitas vezes as coisas são apontadas para mim como se eu fosse o dono do grupo aqui. Eu não sou o dono e nem sou líder. Na verdade eu falo em nome da Bancada porque me pediram para falar. O que nós estamos colocando neste momento é o seguinte, senhora presidente. Nós respeitamos o povo que tem sim o direito de falar, mas acreditamos que nesta Casa já existe um projeto que dá esta liberdade do uso da palavra. Entendemos que há tantos outros momentos, como por exemplo, o momento da audiência pública, que é colocado o microfone para todos os interessados. Já ficamos aqui até as 11h da noite discutindo com a população em audiência pública. Nós entendemos que este momento em particular é do vereador, aquele que foi votado e foi escolhido dentro daquilo que é o processo democrático. Qual que é o processo democrático? Não dá para todos representar e a sociedade escolhe os seus representantes. É claro que eles podem falar como já existe o tempo. É claro que existem as Comissões onde o munícipe pode pedir para participar, para dialogar sobre os projetos. É claro que existem as audiências públicas, e tudo isto está aberto para a população. Entendemos que este é o momento do Legislativo. Por isto entendemos que este projeto deveria ser mais discutido com todos os vereadores, porque nós entendemos, o vereador tem todo o direito, é claro, como eu tenho, todos têm. Mas o projeto não foi partilhado, claro, está sendo agora, mas já para votar e não para conversar. Não foi partilhado com todos. Todos nós somos vereadores. Todos nós temos aqui direitos e deveres. Então um projeto como este que é de tamanha envergadura, com respeito ao nobre colega, este projeto ele deveria ter sido também debatido conosco, com todos, para que a gente também colocasse a nossa opinião. Aí pegou a opinião de quem tem interesse e já colocaram aqui para a gente discutir, para a gente votar. Então acreditamos que um bom diálogo mais para o futuro para que a gente possa conversar e todos os vereadores serem ouvidos e darem a sua opinião, nós aprovamos. Mas hoje eu acredito que nós não teremos maioria para aprovar o projeto. Mas entendemos isto, o cidadão já tem uma lei que o prestigia um pouco mais rígida, mas o prestigia. Temos as audiências públicas que é aberto o microfone a todas as pessoas interessadas em falar. Também entendemos que um projeto como este deveria ter sido discutido com todos os vereadores, até porque não é o interesse de um só, é interesse de todos. **Em discussão o projeto o vereador Eduardo Ribeiro Barison** fala: Senhora presidente, contradizendo a palavra do último a se pronunciar, eu entendo que o local de discutir todo e qualquer projeto é no Plenário. A gente apresenta, ele é cadastrado no site, vários projetos de interesse total também nunca foram considerados. Então eu acho que esta justificativa cai um pouco por terra, porque o que nós estamos discutindo aqui é a real necessidade de democratizar esta Casa facilitando a participação popular. Então eu entendo que quando você faz um projeto e que a população tem que solicitar quinze dias antes uma autorização para se manifestar, de repente alguma coisa aguda, que tem que ser rápida a manifestação, que tem que ser aquele momento, inviabiliza totalmente qualquer projeto que qualquer cidadão que quer vir se manifestar nesta Casa. Torna-se inviável para a população vir se manifestar nesta Casa. Eu entendo também, concordo que a audiência pública é uma forma de a população vir se manifestar, mas não podemos esquecer que o dia a dia nosso aqui, todas as nossas sessões também deveria ser aberto de forma mais democrática à população. Quero deixar bem claro que a principal parte interessada nisto tudo é a população. Quem tem mais necessidade de se manifestar nesta Tribuna é a população, e para nós ouvir, escutar democraticamente e facilitar que isto ocorra, porque a democracia é desta forma. Na democracia nós temos que ouvir a população, nós não podemos só ouvir a população a cada quatro anos. Vamos facilitar para que as pessoas venham a esta Casa se manifestar. Quero deixar bem claro que o que mais me deixa feliz em alguns aspectos, senhora presidente, é que está sendo direcionado para a população, isto é de interesse da população. Eu entendo também que o terceiro setor da nossa sociedade, estes órgãos que nos auxiliam, eu não vejo esses órgãos como órgãos de embate, mas sim de auxílio. Eles são totalmente favoráveis ao projeto, entendem que isto é de fundamental importância no nosso processo democrático. Eu acho que abrir, facilitar o microfone é dar voz à população, facilitar a população a que possa vir aqui para debater e apresentar seus projetos, que às

vezes são mais imediatos do que quinze dias. Aumentar o espaço para falar, muitas vezes nós pegamos o microfone aqui nesta Casa e em dez minutos não conseguimos expressar o que estamos querendo expressar. Nós conseguimos fazer uma linha de pensamento, o que estou propondo é aumentar para dez minutos. Também esta questão da desburocratização, facilitar o acesso às pessoas. Então mais uma vez eu peço aos nobres colegas que repensem nesta questão para que possamos votar juntamente com a população, juntamente com o interesse do povo, que é ter a facilidade para usar a Tribuna Popular. **Em discussão o projeto o vereador Brasilino Antonio de Moraes** fala: Eu gostaria de saber quantas pessoas já usaram a Tribuna Popular até o momento. Eu acho assim, quando a gente está na sessão se determina três minutos, quatro minutos para cada vereador falar. Muitas vezes a gente às vezes se abstém de falar. Eu acho que dez minutos para cada cidadão usar a Tribuna eu acho um tempo longo, porque pode vir querer usar a Tribuna três ou quatro pessoas por sessão e assim não vai sobrar espaço para o vereador falar. As pessoas que virão usar a Tribuna sempre serão as mesmas que falam. Eu não vejo pessoas diferentes querendo usar a Tribuna. Eu costumo dizer a toda população, todos que vivem ao meu redor, pessoal da cidade que eu encontro. Tenho no meu Facebook várias pessoas que me procuraram, que me falaram sobre lixo, sobre tantas coisas, que eu nem conheço, mas me ligaram e falaram. Eu estou à disposição para atender todo mundo. **Em discussão o projeto o vereador Eduardo Ribeiro Barison** fala: Respeitosamente quero dizer, Brasilino, que as pessoas não usam esta Tribuna exatamente pela dificuldade de usá-la. Eu acredito nisto. **Em discussão o projeto o vereador Brasilino Antonio de Moraes** fala: São poucas pessoas que vêm às sessões. **Em discussão o projeto o vereador Eduardo Ribeiro Barison** fala: Por que não vêm? Qual o atrativo de ela vir? Eu também entendo que não se usa porque a burocratização para usá-la é muito grande, inviabiliza toda esta questão. É importante que se conste em ata nas sessões Plenárias a participação popular, eu acho que é de fundamental importância para nós vereadores. **Em aparte, a vereadora Elisângela Maziero** fala: Existe limitação. São três pessoas por sessão. Mas aí também caberia emendas dos senhores, caso os senhores quisessem apresentar alguma emenda, o projeto está para ser discutido, emendado e ser apreciado. **Em discussão o projeto o vereador Eduardo Ribeiro Barison** fala: Quero lembrar que sempre estas três inscrições tem que ter o aval da presidência da Mesa. De repente um assunto que a presidente acha impróprio, o pedido é deferido ou não. Então de repente um assunto que alguém vem apresentar aqui um projeto com relação à Educação, ela não vai abrir para mais duas pessoas para falar do mesmo assunto. Então eu acho que isto também cabe o bom senso da presidência da Mesa Diretora a deliberação disto. **Em discussão o projeto o vereador Carlos Henrique Lopes Faustino** fala: Se não me falha a memória este projeto entrou há duas semanas. Tem como verificar? Certo, ele deu entrada no dia 04 de dezembro, foi o parecer que foi emitido recentemente. Quando eu estive na presidência algumas pessoas utilizaram a Tribuna, tem um processo que tem que passar pelo nosso Departamento Jurídico. Acho importante, a gente às vezes quer falar também, dois minutos é pouco, talvez para alguns cinco minutos seja pouco, não vejo problema em aumentar o tempo. Só acredito que o simples fato de chegar no dia, com seis horas de antecedência, eu não sei se vai dar para ter uma análise jurídica daquilo que vai se falar. A gente pode ter algum incidente, alguma coisa que possa interferir, porque é no dia da sessão, pode estar tendo todo um trabalho do departamento jurídico, dos funcionários competentes direcionados à sessão. **Em aparte o vereador Eduardo Ribeiro Barison** fala: Você falou uma coisa aí que não procede. São seis horas antes da sessão, o que vai dar quase na sexta-feira. **Retomando a palavra o vereador Carlos Henrique Lopes Faustino** fala: Então, seis horas antes da sessão, é no dia da sessão. A gente poderia diminuir este prazo de quinze dias, até porque gera até uma ansiedade de quem quer falar, mas também acho que no dia para se inscrever é uma coisa muito em cima da hora, até para ter uma análise e filtrar realmente o que pode dentro da Resolução. Acredito que a gente poderia pensar em alguma situação, encurtar, mas acho que no dia é prematuro. Eu não sou contrário ao tempo, não sou contrário ao número de pessoas, porque gera realmente uma ansiedade. Lembrar também que quando

houve aquele problema dos coletores, nós dentro do Plenário, nós votamos e demos oportunidade para eles falarem. Num fato evidente, que há necessidade, eu acho que temos esta prerrogativa e podemos fazer também desta forma. Mas também seria uma forma de ter uma análise com mais coerência, com um pouco mais de tempo. A gente pode reduzir este tempo, mas acho muito curto este espaço de seis horas. **Em discussão o projeto o vereador Agimar Alves** fala: Da minha parte o que eu tenho a dizer é que é muito importante ouvir a população, ouvir o povo, aquilo que talvez a gente não enxerga, aquilo que não é do nosso conhecimento, sempre tem uma pessoa que sabe mais, que é mais vivida, isto é muito importante para cada um de nós que temos a responsabilidade com a cidade aqui atrás desta mesa. Mas por outro lado eu vejo o seguinte, que talvez venha certas pessoas para usar a Tribuna que a gente não tira proveito nenhum, só fica enchendo linguiça, mas não tira proveito nenhum. Agora quando é uma pessoa preparada, uma pessoa estudada que sabe bastante, que conhece, ou que aconteceu um problema aí na cidade e vem trazer esta ciência para que nós tomemos providências, ou o prefeito, ou o Ministério Público, isto é muito valioso. Mas quando temos audiências públicas ou talvez quando vem falar na Tribuna não dá para aproveitar nada, porque estamos cansados de saber o assunto a que vêm falar. Eu sei que a democracia é esta, mas aqui nesta Casa não estamos brincando de casinha. Aqui estamos com respeito à população, com trabalho sério, começando pela presidência, os assessores e nós aqui, então o que a gente pensa? Se não tivesse essas premeditações ou talvez preparasse o "caboclo" lá para depois ele vir aqui, então talvez que seja isto, até que seria muito bom. Mas depois que a gente vê que há muita premeditação, tudo isto antes de vir aqui direcionar um ou outro vereador, eu não sei até que ponto pode ser isto. Eu acho que nem deveria ter lei para isto, nem votar o projeto. Eu acho que a pessoa quando ela é preparada, quando ela sabe que vem trazer enriquecimento a esta Casa, ela se inscreve com a presidente, ela tem toda autonomia para deixa-la falar e nós ouvirmos. Mas se for para vir aqui falar mal do vereador, para falar tudo o que estamos carecas de saber, eu acho que vai ficar tudo parado como eu disse, não vai valer nada. A mesma coisa é a audiência pública. É tão bom quando a gente vê uma pessoa sábia que vem na audiência pública e fala tão bonito, explica certinho, isto é muito importante para cada um de nós. Isto enriquece o projeto, enriquece a gente para trabalhar com a comunidade e dar uma resposta. Mas quando tem uma pessoa que sabe menos que a gente e depois vem para dar moral aos vereadores, eu não sei até que ponto pode chegar nisto. Então deixo para todos pensarem. Eu sou favorável para ouvir aquele que sabe mais que eu. Agora, aquele que sabe menos, só vai encher linguiça e ele vai ser crítico sempre. **Em discussão o projeto o vereador Aloysio Taliberti Filho** fala: Eu já fui contra a Tribuna Popular, mas a gente vai ficando mais velho, vai amadurecendo e vai tendo várias opiniões. Então, por exemplo, eu não concordo, Agimar, quando você fala que é favor que venha pessoas preparadas, pessoas sábias para falar, que saibam mais que a gente. A gente deve dar oportunidade também aos mais necessitados, eles são a maioria, e eles vão ter a oportunidade de vir aqui e expor seus problemas. Eu vejo assim, falar que a gente tem que ouvir pessoas mais preparadas, que saibam falar dos assuntos, isto aí é uma discriminação total contra as pessoas. Então eu penso assim, a Tribuna Popular dá oportunidade para qualquer um vir aqui falar, porque a gente não é o dono da sabedoria. Muitas pessoas menos estudadas sabem muito mais que a gente. Então acho que isto é mais importante. Nós temos um exemplo aqui no nosso Plenário, o Miguel, que veio usar a Tribuna popular e foi impedido de falar. Então acho que este projeto do Barison só amplia a vontade da população. Se vai vir ou não, aí é outro problema, porque muitas pessoas não vem falar porque não tem oportunidade. Então eu repito, é um projeto interessante, importante para a população e importante para a gente aqui também, porque isto aí a gente está fazendo a democracia, está permitindo que a população venha aqui e faça explanação de seus problemas e de suas vontades. **Em discussão o projeto o vereador Agimar Alves** fala: Só para eu concluir, gostaria que vocês entendessem o meu linguajar como estou explicando. Como o senhor mencionou o nome do senhor Miguel, a explanada dele foi muito boa, porque a gente não conhecia a respeito das condições dos ônibus. Ele viajou, ele viu, então

foi ótima a explanada para nós a situação dos ônibus que transportam doentes que fazem tratamento fora do município. Nós não andamos nos ônibus e ele veio falar a respeito, então isto é ótimo. A situação do lixo, não é discriminando ninguém, se vir um coletor de lixo pedir para falar na Tribuna, nada mais justo, porque ele sabe falar a respeito da coleta do lixo, e nós aqui não acompanhamos o dia a dia dos caminhões. Então é isto o que eu quero dizer. O coletor de lixo está trabalhando todos os dias e ele sabe das condições dos caminhões. Então se ele vem falar aqui para nós, com certeza ele sabe muito mais que qualquer um de nós aqui. Ele está no dia a dia no trabalho dele. Então vamos ouvir o que aconteceu com o lixo, porque ele trabalha no setor. **Em discussão o projeto o vereador Aloysio Taliberti Filho** fala: Mas para a pessoa vir aqui na Tribuna ela não precisa ter uma profissão, ela não precisa ser expert no assunto, entendida no assunto. Ela pode vir aqui falar o que ela quiser. **Em discussão o projeto o vereador Agimar Alves** fala: Deu para entender o meu raciocínio? Não precisa ser doutor, é o assunto. Que seja Pedro, seja Paulo, mas que ele esteja dentro do assunto, que venha trazer enriquecimento para nós tomarmos providências. Então que seja qualquer um. Se não deu para entender, mais ou menos é isto. **Em discussão o projeto o vereador Eduardo Ribeiro Barison** fala: Rincon, você falou aí uma coisa muito interessante. O projeto cabe emendas, se de repente você acha que o prazo poderia ser diminuto, faça uma emenda agora e propõe. Nós discutimos a emenda para poder votar o projeto. É uma condição de a gente poder de forma adulta discutir democraticamente um projeto que é de viabilidade para a população. Por exemplo, se você entender que o ideal seria 48h antes, tudo bem, a gente vê o meio termo e discute. Então eu acho que isto é importante. A gente pode discutir até mais emendas para ver isto. **Em discussão o projeto o vereador Carlos Henrique Lopes Faustino** fala: Na verdade a questão mais ou mesmo envolve o que acontece com a gente. Uma sessão mais extensa, por exemplo, hoje está tendo a discussão de um projeto e no final nós temos um tempo para falar. Mas quando não temos projetos na pauta, a gente também não tem este tempo para falar, porque regimentalmente não pode mesmo. Por isto que quando eu perguntei a data que o projeto entrou na Casa, até porque a data foi a sessão mais tumultuada do ano, que foi dia 04 de dezembro. Não é nem isto, é questão de analisar, de ver, de discutir, de parar e falar. Então a gente está numa discussão que as pessoas vivem num país e que a gente tem que exercer a nossa democracia, a gente tem que tomar um pouco de cuidado na questão que eu quero dizer, de filtrar algumas coisas. Todo mundo tem o direito de usar a palavra, é responsável pelos seus atos como está escrito no Regimento. Quando eu faço questionamento sobre a data é por causa disto. **Em aparte o vereador Eduardo Ribeiro Barison** fala: Tem um ditado jurídico que fala assim: “Todo cidadão é responsável pelos seus atos”. A intenção nossa não é trazer ninguém, pelo amor de Deus. A gente quer trazer pessoas que venham gerar conhecimento para nós, viu Agimar, independente de condição intelectual. Cada um é bom naquilo que faz, naquilo que vive. A gente tem que respeitar o conhecimento de todo mundo. Então eu entendo esta questão, por exemplo, quem faz a ata da sessão, no dia que tiver apertado, como hoje, por exemplo, vai usar o bom senso. Daqui a um ano teremos outro presidente da Mesa que com certeza irá usar do mesmo bom senso. Então eu acho que nós não podemos inviabilizar o projeto que é de interesse popular como este vislumbrando uma questão desta forma. Eu acho que é um projeto sério, que quer estimular a participação popular, para que a população quando subir estes degraus aqui da escada, fale: a Câmara Municipal de Mococa é a casa do povo. Então este é o objeto do projeto. **Em discussão o projeto o vereador José Roberto Pereira** fala: Só queria complementar. Fui à Câmara Municipal de São José do Rio Pardo e lá a Tribuna é usada antes da sessão. Começa às 19h30min, e eles estavam com um problema na área da Educação, a diretora de Educação usou duas horas o Plenário, discutindo com os vereadores e com o Plenário, todo mundo participou. Depois quase próximo das 22h é que começou a sessão. Aí eles fazem a sessão do tempo regimental. Por exemplo, nesta semana tivemos problema com o lixo. Ao invés de a gente convocar o diretor para vir aqui dar explicações, ele poderia ter usado o Plenário, a gente poderia ter feito perguntas, se fosse o que acontece em São José do Rio Pardo. O Regimento não diz isto. O

que a gente precisa fazer? Vocês podem entrar em contato lá amanhã, inclusive chegou um grupo que chegou de última hora e queria falar. Lá é na hora, a pessoa chegou ela fala. Queriam falar, mas já tinham usado duas horas o departamento de Educação, então foi barrado. Então aí tem que haver o bom senso também. Ficaram de falar amanhã na sessão de terça-feira. Então é legal dar oportunidade. Às vezes a gente não consegue, não tem acesso, mas se não fosse um caso para a pessoa se expressar, ela não irá falar. Então no caso deles, eles deram oportunidade de até duas horas para o público falar, antes da sessão, para falar mais cedo, e não ficar esperando até às 11h da noite para poder falar. Então eu acho que deveríamos seguir o exemplo da Câmara de São José e dar oportunidade realmente. **Em discussão o projeto o vereador Luiz Braz Mariano** fala: Como eu já disse este projeto é de grande importância. Ele deveria ter sido discutido mais com os senhores vereadores no sentido geral. O que acho, senhora presidente, é que precisa fazer as Comissões trabalhar. Se as Comissões trabalharem nós não precisamos ter este problema. Nós temos a Comissão de Educação, faça mais audiências, chama de forma organizada e com educação para vir conversar. O vereador Pelezinho está agendando uma audiência, ele é responsável pela Comissão do Idoso. Protocolou hoje aqui na Câmara porque lhe solicitaram que ele fizesse um trabalho com este tema. Ele está marcando uma audiência com todos os idosos, com todas as entidades responsáveis pelos idosos. Uma discussão madura. Vai vir aqui, vai abrir a palavra para todo mundo que quiser falar sobre a questão do idoso. Então, caros colegas vereadores, nós temos a forma de conversar com a população sem precisar deste momento, que é próprio do vereador. Marque três, quatro audiências públicas aqui para falar com os idosos, para falar com os jovens, para falar com o pessoal da Educação. Você fez várias audiências e foram produtivas. As audiências que tivemos neste ano foram produtivas, o cidadão falou o que quis aqui, ninguém impediu. Teve um cidadão na última audiência que tivemos aqui que falou quase quarenta minutos, meia hora no mínimo. Então nós temos, senhora presidente, a solução do problema, sem prejudicar, entre aspas, o andamento da nossa sessão. Façam então como o vereador Pelezinho, que está marcando uma audiência e vai trazer todos aqueles que são responsáveis pelos idosos. O próprio idoso em participar vai poder vir e participar. Faça como o Bob, que fez uma audiência pública.... **Em aparte o vereador Eduardo Ribeiro Barison** fala: Presidente, o vereador Pelé - Aparecido Donizeti Teixeira está passando mal. **A Presidente suspense** a sessão por dez minutos. **Reaberta a sessão, o vereador Brasilino Antonio de Moraes solicita vistas do projeto.** Feita a votação nominal o pedido de vista foi aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **1ª DISCUSSÃO: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004/2018**, de autoria da Vereadora Elisângela M. M. Breganoli - Extingue cargos de provimentos em comissão criados pela Lei Complementar nº 487, de 09 de dezembro de 2016, com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. **A senhora Presidente** esclarece que este projeto foi acordado com o Promotor de Justiça. **O vereador Elias de Sisto solicita vistas do projeto.** Feita a votação nominal o pedido de vista foi aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **EXPLICAÇÃO PESSOAL**: Os inscritos absteram-se de falar. Não havendo mais matérias na pauta da Ordem do Dia, nem inscritos para uso da palavra em Explicação Pessoal e nem na Tribuna Popular, e nada mais havendo a tratar, **a senhora Presidente**, sob a proteção de Deus, declara encerrados os trabalhos da presente sessão ordinária, convocando os senhores vereadores para a próxima sessão ordinária a ser realizada no dia 02/04/2018, em horário regimental. Lavrou a Ata a **Vereadora Valdirene Donizeti da Silva Miranda**, 2ª Secretária da Câmara Municipal, que depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa _____.

APROVADA

Sala das Sessões _____/_____/_____

Elisangela M. Maziero Breganoli Presidente	Elias de Sisto 1º. Secretário	Valdirene Donizeti da Silva Miranda 2ª Secretária